

A ocupação familiar e as características produtivas dos assentamentos rurais no estado do Piauí

Family occupation and productive characteristics of rural settlements in the state of Piauí

La ocupación familiar y las características productivas de los asentamientos rurales del estado de Piauí

DOI: 10.55905/oelv23n8-036

Receipt of originals: 7/8/2025

Acceptance for publication: 8/8/2025

Antonia Luana Fernandes Praxedes

Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil

E-mail: luanapraxedesss@gmail.com

Marcos Paulo Mesquita da Cruz

Doutor em Economia Rural

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil

E-mail: marcospmdac@gmail.com

Filipe Augusto Xavier Lima

Doutor em Extensão Rural

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil

E-mail: filipeaxlima@ufc.br

Eduardo Miotto Flech

Doutor em Políticas Públicas

Instituição: Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: eduardoflech@gmail.com

Rubens de Oliveira dos Reis

Doutorando em Desenvolvimento Rural

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: rubens_rr@hotmail.com

Carlos Alberto Brasil Sobrinho

Mestrando em Economia Rural

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil

E-mail: carloscabs@yahoo.com.br

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

Endereço: São Luís, Maranhão, Brasil

E-mail: labre.cesar@ufma.br

Jadson Pessoa da Silva

Doutor em Economia

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

Endereço: São Luís, Maranhão, Brasil

E-mail: jadson.pessoa@ufma.br

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo verificar onde estão localizados os assentamentos rurais do estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil, evidenciando a ocupação familiar e algumas características produtivas dessas áreas. Os dados do trabalho são provenientes do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) referentes aos anos de 2019 a 2021, disponibilizados pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Piauí. A amostra da pesquisa é composta por 142 Projetos de Assentamentos (PAs), presentes em 71 municípios do estado. Foi realizado um mapeamento da distribuição dos assentamentos rurais nas diferentes mesorregiões do Piauí, identificando a quantidade de projetos em cada região do estado. Para a sistematização e organização dos dados, recorreu-se à estatística descritiva. A análise do número de famílias nos assentamentos baseou-se em registros oficiais, permitindo evidenciar tanto a quantidade de famílias por assentamento quanto a sua distribuição nos diversos municípios piauienses. Os resultados permitiram constatar a concentração de assentamentos e famílias em determinadas áreas, bem como apontar possíveis fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam essa distribuição territorial. Além disso, o estudo identificou os municípios mais contemplados com a supervisão ocupacional do INCRA.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Produção Animal, Supervisão Ocupacional, INCRA.

ABSTRACT

This article aims to identify the locations of rural settlements in the state of Piauí, in the Northeast region of Brazil, highlighting family occupation and the characteristics of animal production in these areas. The data used in this study are from the National Occupational Supervision System (SNSO) for the years 2019 to 2021, made available by the Regional Office of the National Institute for Colonization and Agrarian Reform

(INCRA) in Piauí. The research sample consists of 142 Settlement Projects (PAs) located in 71 municipalities across the state. A mapping of the distribution of rural settlements in the different mesoregions of Piauí was carried out, identifying the number of projects in each region of the state. To systematize and organize the data, descriptive statistics were used. The analysis of the number of families in the settlements was based on official records, allowing us to highlight both the number of families per settlement and their distribution across the various municipalities in Piauí. The results made it possible to confirm the concentration of settlements and families in certain areas, as well as to point out possible social, economic and environmental factors that influence this territorial distribution. Additionally, the study identified the municipalities most frequently covered by INCRA's occupational supervision activities.

Keywords: Agrarian Reform, Family Occupation, Occupational Supervision, INCRA.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo determinar la ubicación de los asentamientos rurales en el estado de Piauí, en la región Nordeste de Brasil, destacando la ocupación familiar y algunas características productivas de estas áreas. Los datos para este estudio provienen del Sistema Nacional de Supervisión Ocupacional (SNSO) para los años 2019 a 2021, proporcionado por la Superintendencia Regional del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) en Piauí. La muestra de investigación consta de 142 Proyectos de Asentamiento (PA) ubicados en 71 municipios de todo el estado. Se creó un mapa de la distribución de los asentamientos rurales en las diferentes mesorregiones de Piauí, identificando el número de proyectos en cada región. Se utilizaron estadísticas descriptivas para sistematizar y organizar los datos. El análisis del número de familias en los asentamientos se basó en registros oficiales, lo que nos permitió identificar tanto el número de familias por asentamiento como su distribución en los diversos municipios de Piauí. Los resultados revelaron la concentración de asentamientos y familias en zonas específicas, así como los posibles factores sociales, económicos y ambientales que influyen en esta distribución territorial. Además, el estudio identificó los municipios más beneficiados por la supervisión ocupacional del INCRA.

Palabras clave: Reforma Agraria, Producción Animal, Supervisión Ocupacional, INCRA.

1 INTRODUÇÃO

Um assentamento de reforma agrária consiste em um conjunto de áreas agrícolas organizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em propriedades rurais desapropriadas para esse propósito. Essas áreas são destinadas a

pequenos agricultores ou trabalhadores rurais que não possuem recursos suficientes para comprar uma propriedade rural. Conforme ressalta Carvalho (2024), a família beneficiada deve residir e explorar produtivamente o lote com o desenvolvimento de atividades diversas, a fim de torná-lo uma área produtiva.

Dessa forma, ao estabelecer um assentamento rural, altera-se o tamanho da propriedade rural original, que é dividida em lotes ou parcelas, ampliando significativamente o número de famílias com acesso à terra. Normalmente, no processo de formação de assentamentos rurais, extensas propriedades são divididas em diversas pequenas unidades familiares, o que provoca mudanças relevantes na região, desencadeando transformações nos âmbitos econômico, político, social e ambiental (Gosch, 2021).

Lima (2023) alega que a formação de assentamentos é um processo complexo que exige uma análise detalhada do território e dos recursos naturais disponíveis, além da participação ativa dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais. Sobre isso, um dos modelos para a criação de assentamentos envolve a compra de terras pelo Estado, que depois são redistribuídas entre os trabalhadores rurais.

Embora esse modelo tenha se mostrado eficaz, ele tem sido alvo de críticas devido aos altos custos financeiros que acarreta para o Estado. Outro modelo, considerado mais justo, é a desapropriação de terras improdutivas, que são então destinadas aos trabalhadores rurais. Segundo Lima (2023), esse modelo se caracteriza pela desapropriação de terras de proprietários que não cumprem a função social da propriedade, ao mesmo tempo em que possibilita o assentamento de famílias rurais em áreas com melhores condições ambientais e recursos naturais mais adequados à produção.

Ao longo dos anos, o INCRA desenvolveu diferentes modalidades de assentamentos para atender às demandas e especificidades das regiões e públicos beneficiados pela reforma agrária. Algumas dessas modalidades são: Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC) e Projeto de Assentamento da Reforma Agrária (PARA).

Além dessas modalidades, há também os assentamentos implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo INCRA, com o objetivo de viabilizar o acesso a políticas vinculadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Entre eles, destacam-se: Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Reservas Extrativistas (Resex), Território Remanescente Quilombola (TQR), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (Flona) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Após a obtenção da terra e a organização progressiva do assentamento, os agricultores assentados se deparam com o desafio de transformar suas novas parcelas em áreas produtivas, capazes de prover o sustento de suas famílias. Esse objetivo não é simples, especialmente considerando o perfil socioeconômico predominante entre os beneficiários das políticas de reforma agrária, que, em sua maioria, são pessoas de origem rural ou urbana em situação de vulnerabilidade econômica, com baixa escolaridade, mas com vivência prática em atividades agrícolas (Gosch, 2021).

No estado do Piauí, a área destinada para os assentamentos rurais é de aproximadamente 1.535.176,95 hectares, o que equivale a 0,18% do total da área territorial do país. Quando se avalia a relação entre as áreas de assentamentos e a área total do estado, esse percentual representa 6,12%.

Outro aspecto relevante é que, na maioria dos casos, os assentamentos federais no Piauí são compostos por agricultores familiares que utilizam a terra de forma coletiva, ou seja, não há parcelamento oficial em lotes individuais. Apenas os assentamentos implantados recentemente apresentam divisão formal em parcelas. Mesmo quando as famílias realizam divisões internas de uso da terra, esse processo não é reconhecido oficialmente pelo INCRA. Assim, de modo geral, as terras permanecem sob uso coletivo e não são tituladas de forma definitiva.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2025), o estado do Piauí possui 522 Projetos de Assentamentos (PAs) com capacidade de receber um total de 38.177 famílias. É válido ressaltar que o desafio produtivo desses assentamentos é ainda mais significativo nos casos de propriedades rurais com elevado

nível de degradação ambiental. Essas áreas, frequentemente desapropriadas por serem consideradas improdutivas, são posteriormente destinadas à reforma agrária, exigindo esforços adicionais para recuperar o solo, restaurar a capacidade produtiva e garantir a sustentabilidade do uso agrícola (Gosch, 2021).

Diante desse cenário, este estudo levanta algumas questões importantes: como estão distribuídos os assentamentos rurais no estado do Piauí? De que forma vem ocorrendo a ocupação familiar e a supervisão ocupacional do INCRA nesses assentamentos? Quais as suas principais características produtivas e tipos de criações? Assim, a pesquisa tem como objetivos verificar onde estão localizados os assentamentos rurais do Piauí, evidenciar a ocupação familiar nesses assentamentos e realizar uma caracterização produtiva dessas áreas.

A justificativa para a realização deste artigo está relacionada à importância de compreender as dinâmicas socioeconômicas e produtivas dos assentamentos rurais no estado do Piauí, que apresentam características específicas dentro do contexto da reforma agrária no Brasil. A distribuição dos assentamentos e a atuação do INCRA são elementos fundamentais para entender como essas áreas têm se desenvolvido ao longo do tempo, tanto do ponto de vista da ocupação quanto da produção. Além disso, as características socioeconômicas dessas regiões têm grande impacto no desenvolvimento rural e na melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 1948, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no intuito de promover a dignidade humana e uma melhor qualidade de vida, reforçando diversos direitos, tais como moradia, lazer, saúde, trabalho, educação, assim como outros direitos civis e políticos. Esse documento foi elaborado por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, e pela primeira vez na história ocorria a proteção universal dos direitos humanos (ONU, 2020).

No Brasil, como recorda Molinaro (2017), existem grandes disparidades sociais que dificultam a efetivação desses direitos, prejudicando não apenas sua garantia, mas também a execução de políticas públicas capazes de atender às necessidades da população. Isso potencializa as vulnerabilidades e a exclusão de certos grupos sociais.

Foco de interesse deste trabalho, a política pública oficial de reforma agrária no Brasil iniciou-se com a Lei Federal nº 4.504/1964 no governo de Castello Branco (1964-1967), e ficou conhecida como Estatuto da Terra. O modelo vigente foi instituído com a Lei 8.629/1993, já no período democrático, no governo de Itamar Franco (1992- 1994) (De Carvalho; Gomes, 2024).

A demanda pela reforma agrária surgiu de lutas coletivas dos moradores rurais que não possuíam terras próprias, representando um desafio social integrado à organização da sociedade. Essa problemática abrange uma vasta gama de necessidades econômicas, sociais e políticas. Na visão de Lourenço *et al.* (2018), a política de reforma agrária visa garantir uma distribuição justa e o acesso à terra, embora não seja a solução completa para todos os problemas que envolvem a questão agrária. Segundo Bergamasco (1997), o acesso à terra tornou-se palavra de ordem na sociedade brasileira desde os anos 1980, em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganhou mais força tanto no campo como na cidade.

O MST desempenha um papel fundamental na luta pela redistribuição equitativa de terras e na expansão dos direitos dos trabalhadores rurais. Uma das estratégias utilizadas é a ocupação de áreas tidas como não produtivas, onde são estabelecidos acampamentos ou assentamentos rurais (MST, 2019).

Segundo o INCRA, assentamento é um conjunto de unidades agrícolas em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhadores rurais sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. Essas unidades agrícolas são instaladas pelo próprio INCRA (INCRA, 2024).

Em outras palavras, assentamentos rurais são áreas de terra destinadas pelo Governo ou por organizações sociais para habitação e produção agrícola de famílias que

não possuem propriedades. Essas áreas geralmente são distribuídas através de políticas de reforma agrária, visando promover a redistribuição de terras e melhorar as condições de vida dos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Os assentamentos podem variar em tamanho e estrutura, mas têm em comum o objetivo de proporcionar condições para que as famílias possam desenvolver atividades agrícolas de maneira sustentável e autossuficiente.

O número de lotes ou áreas em um assentamento é determinado com base em um estudo que avalia a capacidade de geração de renda da propriedade. Esse levantamento analisa a aptidão agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias que podem ser assentadas, a viabilidade econômica das atividades produtivas, a oferta de água e outros fatores que influenciam o potencial produtivo do local (INTERPI, 2024).

Como descrito pelo INCRA (2024), os agricultores que recebem o lote se comprometem a residir na área e a cultivá-la para sustento próprio, utilizando principalmente o trabalho da família. Eles recebem acesso ao crédito, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios que apoiam o desenvolvimento das famílias assentadas. Até que o título de propriedade seja emitido, a terra pertence ao INCRA. Portanto, sem esse documento, o beneficiário não pode realizar vendas, aluguéis, doações, arrendamentos ou empréstimos da terra para terceiros.

As extensas propriedades desapropriadas para assentamentos geralmente têm poucas melhorias e infraestrutura, como sistemas de saneamento, eletricidade, acesso a atividades culturais e recreativas. Por essa razão, as famílias assentadas permanecem unidas e lutam incessantemente para garantir esses direitos fundamentais (MST, 2019).

Nesse contexto, as dificuldades diárias enfrentadas pelos residentes dos assentamentos são variadas. Para Lourenço *et al.* (2018), há questões específicas que precisam ser trazidas à discussão pública, como a precariedade das habitações improvisadas, a disponibilidade de alimentos, a falta de saneamento básico, o acesso à educação, entre outros desafios significativos. Os autores ainda relatam que, devido à capacidade de manipulação da mídia e à articulação dos ruralistas nas bancadas do congresso, ocorre o enfraquecimento das lutas no campo, isso através da difamação e

criminalização do MST, enquanto apologizam a ideia de potencialidade, produtividade e desenvolvimento econômico do agronegócio.

Nesse cenário de lutas, os assentamentos rurais são vistos como uma nova configuração de formas sociais inseridas no processo social e político. A redistribuição de terras possibilitou que trabalhadores, que anteriormente não tinham acesso a um pedaço de terra para viver e trabalhar, agora pudessem obter lotes de terra. Isso permite que esses agricultores familiares tenham acesso a linhas de crédito para a produção e alcancem independência financeira (Silva; Fonseca, 2018).

Nesse contexto de transformações, os assentamentos rurais não apenas refletem uma mudança na distribuição de terras, mas também introduzem novas dinâmicas sociais e econômicas no campo. A seguir, serão abordadas as modalidades de assentamentos, apresentado seus diferentes tipos e suas características específicas dentro desse processo de redistribuição de terras.

2.1 MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS

O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), representado pelos Projetos de Reforma Agrária, divide-se na atualidade em dois grupos: I – Projetos de Reforma Agrária criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA; e II – Projetos de Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas (Louzada, 2011). As descrições das principais modalidades reconhecidas e criadas pelo INCRA se encontram no Quadro 1.

Quadro 1 - Modalidades de projetos criados e reconhecidos pelo INCRA atualmente

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
Projeto de Assentamento (PA)	É a modalidade mais comum e consiste na destinação de áreas rurais desapropriadas para a reforma agrária. Os lotes são destinados a famílias de agricultores que se comprometem a morar, cultivar e desenvolver atividades econômicas na área.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	Essa modalidade é voltada para atividades produtivas sustentáveis e para a conservação ambiental. Os lotes são implantados em áreas que possuem restrições ambientais, incentivando práticas agroecológicas e preservação dos recursos naturais.

Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Destinado a comunidades tradicionais, como seringueiros, ribeirinhos e populações extrativistas. O objetivo é garantir o uso sustentável dos recursos naturais em áreas de floresta, promovendo a preservação ambiental e a geração de renda.
Projeto de Assentamento Florestal (PAF)	Criado para beneficiar populações que vivem em áreas de floresta. Essa modalidade combina o uso sustentável de produtos florestais com atividades agropecuárias, buscando equilibrar produção e preservação.
Projeto de Assentamento Coletivo (PAC)	Nesta modalidade, as famílias beneficiárias utilizam o terreno de forma coletiva, compartilhando as atividades produtivas e as responsabilidades. É comum em áreas de reforma agrária que atendem comunidades organizadas em associações ou cooperativas.
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	Criado e gerido pelo governo estadual, destina-se à redistribuição de terras públicas estaduais para agricultores familiares, com foco em promover o desenvolvimento rural.
Projeto de Assentamento Municipal (PAM)	Organizado pelas prefeituras em parceria com outros entes públicos, visa a distribuição de terras municipais para famílias rurais, promovendo a agricultura familiar local.
Reservas Extrativistas (Resex)	Áreas protegidas destinadas a populações tradicionais que vivem do extrativismo sustentável, da agricultura de subsistência e da pesca artesanal, buscando conciliar conservação ambiental e geração de renda.
Território Remanescente Quilombola (TRQ)	Áreas reconhecidas como de ocupação tradicional por comunidades descendentes de quilombos, que têm direitos assegurados para habitação, produção e preservação cultural.
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP)	Modalidade que formaliza e reconhece o uso coletivo de terras por comunidades tradicionais que utilizam áreas de pastagem de forma sustentável, geralmente no Semiárido.
Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB)	Destinado às famílias deslocadas devido à construção de barragens e grandes obras de infraestrutura, oferecendo novas áreas para moradia e produção.
Floresta Nacional (Flona)	Área pública protegida destinada ao uso sustentável dos recursos florestais, pesquisa científica e conservação da biodiversidade, permitindo atividades controladas.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Unidade de conservação que combina preservação ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais que vivem na área.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esses diferentes tipos de assentamentos são instrumentos fundamentais para promover justiça social, conservação ambiental e desenvolvimento econômico em diversas realidades do Brasil.

O processo de assentamento ocorre em diferentes fases, pois há um grande número de famílias interessadas em obter um pedaço de terra. Entretanto, como esclarecem Tsukamoto e Asari (2003), até conseguirem a posse de sua terra, elas passam pela etapa do acampamento, onde ocupam áreas de terra improdutiva ou se instalam nas margens

dessas propriedades para pressionar as autoridades competentes, como o INCRA, a acelerar as negociações. Posteriormente, ocorre a demarcação e a distribuição dos lotes.

2.2 DISTRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

Para Puger *et al.* (2017), a concentração fundiária no Brasil é um dos principais legados do período colonial, marcado pela influência dos latifúndios que predominavam sobre todas as estruturas de produção. Essa estrutura resultou em políticas públicas historicamente voltadas para atender os interesses dos grandes proprietários rurais. Como resposta a esse contexto, a reforma agrária foi concebida como um instrumento para mitigar as desigualdades sociais e promover a redistribuição de terras, visando beneficiar trabalhadores rurais que não possuem acesso à terra através da criação de assentamentos.

Na opinião de Alves (2019), o processo de ocupação territorial pelos assentados resulta em transformações significativas no espaço, especialmente nos aspectos identitários e culturais. O autor complementa que o assentamento rural, junto aos trabalhadores que nele vivem, torna-se um reflexo de suas experiências, construindo e consolidando a identidade do local.

Neste sentido, é fundamental considerar o perfil do produtor assentado. Ou seja, é importante reconhecer as diferenças nas trajetórias entre os agricultores familiares já estabelecidos e os assentados. Enquanto os agricultores familiares geralmente possuem uma herança de conhecimentos tradicionais sobre a agricultura, os assentados apresentam histórias variadas, que incluem desde ex-pequenos proprietários que perderam suas terras até trabalhadores urbanos que enfrentaram o desemprego. Além disso, ao analisar o panorama migratório de cada região, a agricultura familiar pode desempenhar um papel importante na permanência da população no meio rural, podendo até mesmo se tornar um fator de atração (Tsukamoto; Asari, 2003).

Souza e Moreira (2017) ratificam que a agricultura familiar se sobressai como um modo de vida para milhares de homens e mulheres que, ao longo do tempo, têm resistido aos processos das políticas governamentais. O INTERPI (2017) entende que, além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária têm condições de moradia e

de produção familiar, garantindo, assim, a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que, até então, se encontravam sob risco alimentar e social.

Com relação ao estado de Piauí, a distribuição dos assentamentos segue uma lógica geográfica que leva em consideração tanto a disponibilidade de terras públicas quanto as demandas sociais e políticas locais. O aumento dos assentamentos rurais no Piauí decorre de políticas públicas adotadas nos últimos anos, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar. Lima (2023) sugere que essas ações envolvem o suporte financeiro do governo estadual para aquisição de terras, a criação de infraestrutura de transporte para as áreas rurais e a oferta de programas de capacitação para os agricultores familiares.

A presença do INCRA, através da execução de políticas específicas, busca garantir que os assentamentos não apenas sejam distribuídos de forma equilibrada, mas também que recebam a devida atenção quanto à assistência técnica, educacional e de saúde, para que a ocupação seja efetiva e as terras sejam produtivas. É importante ressaltar, como defende Alves (2019), que a diversificação produtiva é uma das formas de permanência e consolidação dos territórios da reforma agrária.

2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PIAUÍ

Assim como em outros estados do Brasil, o Piauí carrega um legado de exclusão social desde o período colonial, marcado principalmente pelo extermínio da população nativa e pela escravidão, cujas raízes são profundamente históricas. Como descrito por Lima (2023), no Piauí, a realidade não era diferente das demais regiões do país, pois desde a sua colonização, seus habitantes foram explorados pelos grandes proprietários de terras, e muitos dos nativos piauienses foram desalojados de suas terras.

A disputa pela terra nos dias de hoje reflete uma questão agrária ainda não resolvida, em um país que não enfrentou adequadamente a concentração fundiária. Embora o latifúndio seja uma característica predominante no meio rural brasileiro, os movimentos sociais no campo e as várias lutas pela terra são continuidades de um processo histórico distante, mas que continuam a influenciar e a se conectar com o

presente. Segundo Coelho e Freitas (2021), a luta pela terra, na atualidade, carrega as tensões e as marcas de uma história inacabada, em que o passado e o presente se entrelaçam, se transformam e se ressignificam constantemente.

Nesse contexto de lutas e disputas pela terra, em que de um lado estão as populações rurais empobrecidas e, do outro, os grandes proprietários de terras, diversos órgãos e programas começaram a atender à pressão social por reforma agrária, por meio da implementação de políticas de criação de assentamentos rurais (Andrade; Viana, 2016). Assim, a questão agrária no Piauí está diretamente relacionada à concentração fundiária, que impede o acesso à terra para uma grande parte da população rural. A criação de assentamentos surge como uma importante política de reforma agrária, que visa promover o acesso à terra e à garantia da produção dos agricultores familiares piauienses.

Como um dos estados mais extensos do Nordeste brasileiro, o Piauí é conhecido pela sua grande quantidade de áreas rurais. Lima (2023) relata que a reforma agrária desse estado abrange mais de 1 milhão de hectares de terras devolvidas à agricultura familiar, por meio de programas como o PNRA, o Programa de Crédito Fundiário (PCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Lima (2023) defende que o estado do Piauí é um modelo de reforma agrária no Brasil, uma vez que já assentou mais de 23 mil famílias em áreas rurais, desde a criação do PNRA, na década de 1970. O autor ainda destaca que entre os principais assentamentos do estado estão o Assentamento Gameleira, em Teresina, com 561 famílias assentadas; o Assentamento Chico Mendes, em São Raimundo Nonato, com 196 famílias; e o Assentamento São Pedro, em Pio IX, com 50 famílias.

3 METODOLOGIA

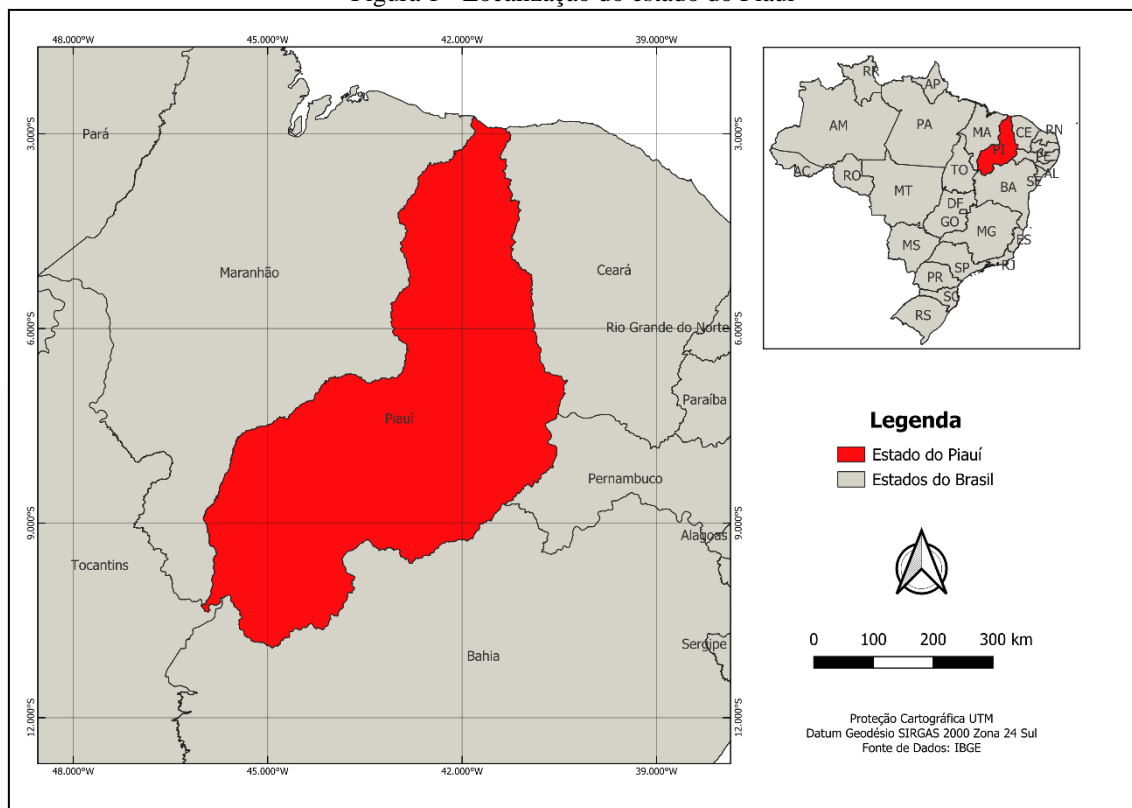
A metodologia adotada neste estudo está dividida em duas etapas principais. A primeira refere-se à caracterização da área de estudo, abordando aspectos geográficos, demográficos e climáticos do estado do Piauí, com destaque para sua extensão territorial, distribuição populacional e diversidade climática. Essa contextualização é fundamental para compreender a dinâmica dos assentamentos rurais no território piauiense.

Na segunda etapa, são apresentados os procedimentos relacionados à base de dados e à análise dos resultados. Utilizaram-se informações do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO), referentes aos anos de 2019 a 2021, fornecidas pela Superintendência Regional do INCRA no Piauí. A partir da análise de 142 Projetos de Assentamentos (PAs) distribuídos em 71 municípios, foi possível mapear a distribuição dos assentamentos nas mesorregiões do estado, identificar os municípios mais contemplados com ações de supervisão e evidenciar a ocupação familiar nos assentamentos. A estatística descritiva foi empregada para organizar e interpretar os dados, apresentados de forma clara por meio de quadros, tabelas e gráficos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Piauí é um estado localizado no Nordeste do Brasil (Figura 1), ocupando uma posição estratégica entre as regiões Norte e Sudeste do país. Sua capital é Teresina, e o estado possui características geográficas e socioeconômicas distintas que influenciam diretamente suas atividades produtivas e o modo de vida da população.

Figura 1 - Localização do estado do Piauí



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

O Piauí ocupa uma área de 251.755,5 km², o que o coloca como o 11º maior estado brasileiro em termos de extensão territorial. O estado é composto por 224 municípios, distribuídos de forma desigual ao longo do território, com uma concentração maior na região central e no norte (IBGE, 2023).

O estado possui uma população estimada em aproximadamente 3,3 milhões de habitantes, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). A maior parte da população reside em áreas urbanas, com Teresina sendo a cidade mais populosa e o principal centro urbano e econômico do estado.

Devido à sua localização geográfica, o Piauí é considerado uma zona de transição climática entre o Semiárido nordestino e a região da Amazônia úmida. O estado apresenta grande diversidade em termos de precipitação, uma vez que se encontra na região de contato entre o Nordeste setentrional, o Nordeste meridional, o Centro-Oeste e o Meio-Norte. A quantidade de chuvas diminui à medida que se avança para o sudeste do estado.

No entanto, apenas 35% do território piauiense, que coincide com a área do Semiárido brasileiro, registra níveis de precipitação anual média inferiores a 800 mm (Lima *et al.*, 2020).

3.2 BASE DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Utilizou-se como recursos metodológicos os dados do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) referentes aos anos de 2019 a 2021, disponibilizados pela Superintendência Regional do INCRA no Piauí. Essa supervisão é executada para validar, em campo, os pressupostos introdutórios do PNRA, tanto para a manutenção do beneficiário dentro do programa quanto para sua titulação e subsequente consolidação dos Projetos de Assentamentos (PAs). A amostra da pesquisa é composta por 142 PAs, distribuídos em 71 municípios do estado do Piauí.

A primeira etapa consistiu em mapear onde estão distribuídos os assentamentos rurais nas diferentes mesorregiões do Piauí, com base nos dados do SNSO, revelando as quantidades de assentamentos em cada região do estado. A partir dessa organização, foi possível verificar a concentração de assentamentos e famílias em cada área e as possíveis influências sociais, econômicas e ambientais que determinam essa distribuição.

Na sequência, o estudo identificou os municípios mais contemplados com a supervisão ocupacional do INCRA. Para isso, foi realizada uma análise quantitativa das ações de supervisão ocorridas entre 2019 e 2021, destacando os municípios que mais receberam essa supervisão. Para responder às questões relacionadas à ocupação nos assentamentos rurais do Piauí, com foco no número de famílias, capacidade familiar e nas características produtivas dessas áreas, foi utilizada a estatística descritiva para resumir e organizar os dados, proporcionando uma visão clara e objetiva das informações.

A análise do número de famílias nos assentamentos foi realizada com base em registros oficiais, evidenciando a quantidade de famílias por assentamento e sua distribuição nos diferentes municípios. Os principais resultados da pesquisa são apresentados por meio de quadros, tabelas e gráficos, os quais facilitam a visualização e a compreensão das informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Projetos de Assentamentos (PAs) que fazem parte da amostra desta pesquisa estão distribuídos em 71 municípios do Piauí. No Quadro 2, apresentam-se essas localidades e também a sua classificação conforme as quatro mesorregiões do estado. Observa-se que a maioria dos municípios com assentamentos estão situados na mesorregião Norte (28) e Centro-Norte (18). Muitos desses municípios estão próximos de grandes centros urbanos, como a capital Teresina, o que facilita o acesso a serviços, infraestrutura e mercados para a produção agrícola.

Por outro lado, as mesorregiões Sudeste (12) e Sudoeste (13) detêm o menor número de municípios. Por estarem nos biomas Cerrado e Semiárido, essas mesorregiões apresentam características mais desafiadoras no que se refere à produtividade do solo, o que é de extrema relevância para os assentamentos rurais.

Quadro 2 – Mesorregiões do Piauí e seus respectivos municípios com PAs

Mesorregião	Territórios de Desenvolvimento	Municípios
Norte	Território dos Cocaís (18)	Barras, Batalha, Campo Maior, Castelo do Piauí, Domingos Mourão, Esperantina, Lagoa Alegre, Luzilândia, Matias Olímpio, Miguel Alves, Milton Brandão, Nossa Senhora dos Remédios, Nova Santa Rita, Pedro II, Piripiri, Porto, São José do Divino e Sigefredo Pacheco.
	Território Litoral (2)	Buriti dos Lopes e Parnaíba.
	Território Entre Rios (parte)-(8)	Altos, Beneditinos, Coivaras, José de Freitas, Pau D'Arco do Piauí, Piracuruca, Teresina e União.
Centro-Norte	Território Vale do Sambito (11)	Alto Longa, Demeval Lobão, Geminiano, Inhuma, Lagoa do Sítio, Palmeira do Piauí, Pimenteiras, Santa Cruz dos Milagres, São José do Peixe, Tanque do Piauí e Valença do Piauí.
	Território Vale do Canindé (3)	Joaquim Pires, Oeiras e Simplício Mendes.
	Território dos Carnaubais (2)	Angical do Piauí e Jardim do Mulato.
	Território Entre Rios (parte)-(2)	Amarante e Nazária.
Sudeste	Território Chapada das Mangabeiras (7)	Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Buriti dos Montes, Cristino Castro, Currais, Redenção do Gurguéia e Sebastião Leal.
	Território Vale do Rio Guaribas (1)	Paulistana.

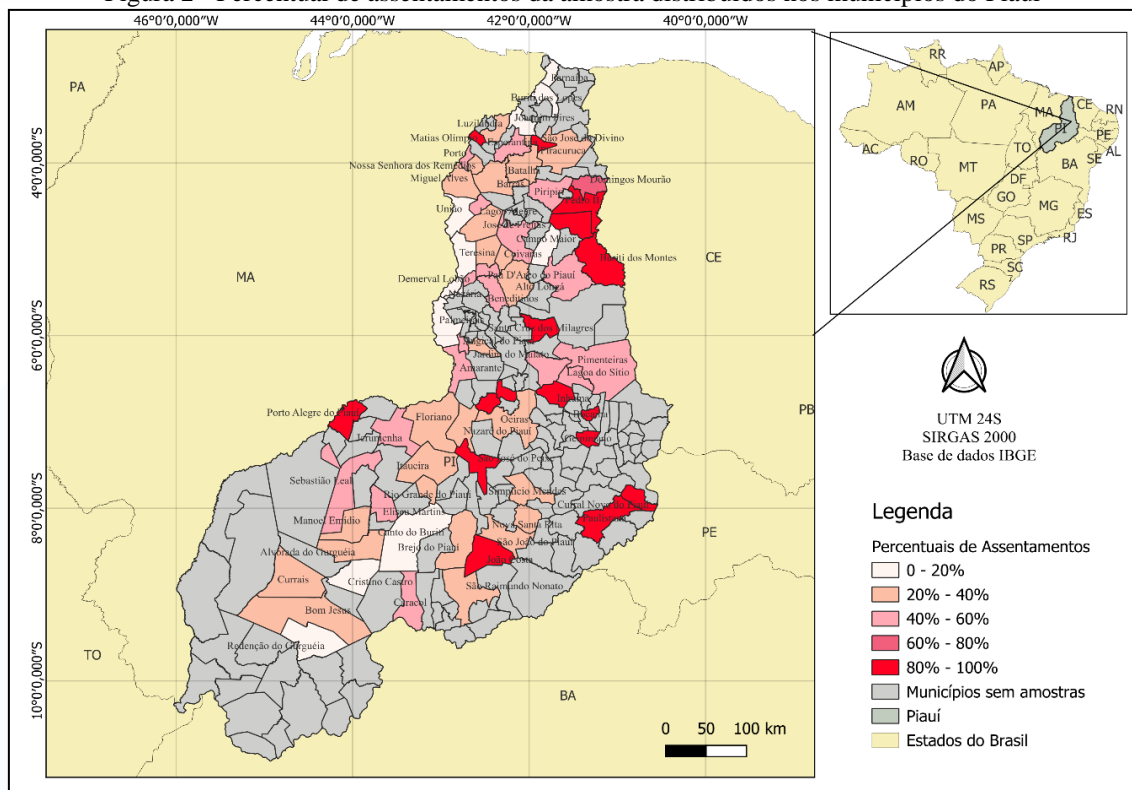
	Território Serra da Capivara (4)	Brejo do Piauí, João Costa, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.
Sudoeste	Território Vale do Rio Itaim (10)	Bocaina, Canto do Buriti, Caracol, Curral Novo do Piauí, Itaueira, Jerumenha, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, Porto Alegre do Piauí e Rio Grande do Piauí.
	Território Gurgueia (3)	Cajazeiras do Piauí, Eliseu Martins e Floriano.
TOTAL	71	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Com a proposta de diagnosticar a realidade produtiva dos assentamentos rurais do estado do Piauí, no período de 2019 a 2021, foram realizadas vistorias de supervisão ocupacional do INCRA em 142 PAs, de um total de 378 assentamentos dos 71 municípios em questão, representando um valor de aproximadamente 37,56% do total de PAs aptos para serem vistoriados.

A Figura 2 apresenta um mapa temático dos municípios do estado do Piauí, destacando a distribuição percentual dos assentamentos rurais da amostra em relação ao número total de assentamentos existentes no município. A representação visual utiliza um gradiente de cores em cinco níveis, variando do mais claro ao mais escuro. Municípios onde a amostra cobre uma menor proporção dos assentamentos são representados por tonalidades mais claras, enquanto aqueles onde a amostra é mais representativa aparecem em tons progressivamente mais escuros. Dessa forma, o mapa permite uma análise espacial da representatividade da amostra nos diferentes municípios piauienses.

Figura 2 - Percentual de assentamentos da amostra distribuídos nos municípios do Piauí



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A Tabela 1 mostra a relação entre o número de assentamentos participantes da supervisão ocupacional (NAS) e o número total de assentamentos dos municípios (NAM). Observa-se que o município de Barras é aquele que possui o maior número de assentamentos, com 26 PAs, seguido por Altos (20), José de Freitas (18) e Miguel Alves (17). O percentual de assentamentos vistoriados pelo INCRA nesses municípios são 42%, 35%, 33% e 24%, respectivamente.

Entre os municípios que tiveram 100% dos PAs vistoriados pelo INCRA, destacam-se: Bocaina (1 assentamento), Buriti dos Montes (1), Cajazeiras do Piauí (1), Castelo do Piauí (5), Curral Novo do Piauí (1), Geminiano (2), Inhumas (2), João Costa (1), Matias Olímpio (1), Milton Brandão (4), Paulistana (2), Pedro II (4), Porto Alegre do Piauí (1), Santa Cruz dos Milagres (1), São José do Divino (2), São José do Peixe (1) e Tanque do Piauí (1). O elevado percentual de vistorias nesses municípios pode estar relacionado ao número reduzido de assentamentos existentes em cada localidade, o que

facilita a cobertura total por parte do órgão responsável. Para completar, os municípios com menores percentuais de vistorias dos assentamentos foram: Palmeirais, com 7%; Nazária e União com 13%; e Buriti dos Lopes e Sigefredo Pacheco, ambos com 17%.

Tabela 1 – Relação do número de assentamentos da supervisão (NAS) e número total de assentamentos dos municípios (NAM) do Piauí

MUNICÍPIOS	NAS	NAM	(%)	MUNICÍPIOS	NAS	NAM	(%)
Alto Longa	1	4	25	Lagoa do Sítio	3	5	60
Altos	7	20	35	Luzilândia	3	9	33
Alvorada do Gurgueia	1	4	25	Manoel Emídio	1	4	25
Amarante	5	9	56	Matias Olímpio	1	1	100
Angical do Piauí	1	2	50	Miguel Alves	4	17	24
Barras	11	26	42	Milton Brandão	4	4	100
Batalha	3	13	23	Nazaré do Piauí	2	6	33
Beneditinos	1	2	50	Nazária	1	8	13
Bocaina	1	1	100	Nossa Sra. dos Remédios	1	3	33
Bom Jesus	1	4	25	Nova Santa Rita	1	3	33
Brejo do Piauí	1	3	33	Oeiras	1	4	25
Buriti dos Lopes	2	12	17	Palmeirais	1	14	7
Buriti dos Montes	1	1	100	Parnaíba	1	5	20
Cajazeiras do Piauí	1	1	100	Pau D'arco do Piauí	1	2	50
Campo Maior	1	2	50	Paulistana	2	2	100
Canto do Buriti	1	5	20	Pedro II	4	4	100
Caracol	1	2	50	Pimenteiras	1	2	50
Castelo do Piauí	5	5	100	Piracuruca	2	6	33
Coivaras	1	3	33	Piripiri	5	9	56
Cristino Castro	1	5	20	Porto	2	4	50
Currais	1	3	33	Porto Alegre do Piauí	1	1	100
Curral Novo do Piauí	1	1	100	Redenção do Gurgueia	1	5	20
Demerval Lobão	1	2	50	Rio Grande do Piauí	1	3	33
Domingos Mourão	3	4	75	Santa Cruz dos Milagres	1	1	100
Eliseu Martins	1	2	50	São João do Piauí	2	6	33
Esperantina	8	15	53	São José do Divino	2	2	100
Floriano	2	5	40	São José do Peixe	1	1	100
Geminiano	2	2	100	São Raimundo Nonato	1	4	25
Inhuma	2	2	100	Sebastião Leal	1	2	50
Itaueira	2	8	25	Sigefredo Pacheco	1	6	17
Jardim do Mulato	1	3	33	Simplicio Mendes	1	4	25
Jerumenha	1	2	50	Tanque do Piauí	1	1	100
João Costa	1	1	100	Teresina	3	15	20
Joaquim Pires	2	11	18	União	1	8	13
José de Freitas	6	18	33	Valença do Piauí	1	2	50
Lagoa Alegre	1	2	50				
TOTAL	NAS	142		NAM	378		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

No que se refere à população dos 142 PAs, foi encontrado o valor de 9.461, que representa o número de famílias nos assentamentos (NFA) e reconhecidas pelo INCRA

(Tabela 2). Porém, o número de famílias da supervisão ocupacional (NFS) foi de 7.356, enquanto a capacidade de famílias (CF) dos assentamentos é de 10.035 vagas.¹ Ou seja, o valor que corresponde às vagas destinadas para moradia reconhecida pelo INCRA equivale ao percentual de 94,28% de ocupação. Por conseguinte, o percentual de ocupação encontrado foi de 73,30%, considerando apenas as famílias que foram entrevistadas.

Tabela 2 – Relação do número de famílias da supervisão ocupacional (NFS), número de famílias nos assentamentos (NFA), capacidade de famílias (CF) e vagas ociosas (VO) nos assentamentos rurais do Piauí

ASSENTAMENTOS	NFS	NFA	CF	VO	ASSENTAMENTOS	NFS	NFA	CF	VO
PA 13 de Abril/ Padre Cícero	31	36	35	0	PA Lages	5	10	9	0
PA 17 de Abril/Junco	72	76	80	4	PA Lagoa do Cajueiro	113	153	153	0
PA Açude Várzea	1	44	44	0	PA Lagoa dos Macacos	50	50	52	2
PA Alpargatas	10	21	24	3	PA Lameirão	89	110	110	0
PA Angico Branco	46	57	57	0	PA Limoeiro/Canto da Canoa	53	69	66	0
PA Araras	61	72	76	4	PA Lisboa	225	274	310	36
PA Ararinha	33	45	46	1	PA Lontra	8	11	15	4
PA Baixa Bonita	7	9	9	0	PA Malhada Cumprida	18	18	20	2
PA Baixa Fria	57	72	73	1	PA Malhete	28	31	32	1
PA Barra do Sambito	42	70	65	0	PA Maracá	18	22	22	0
PA Barra do Sitio	1	71	67	0	PA Maracaí/Chapada do Caldeirão	57	60	81	21
PA Barreiros	194	215	220	5	PA Marfim Zerosa	23	32	30	0
PA Beirute	29	29	30	1	PA Marrecas/Zebulândia	281	326	330	4
PA Betânia	25	25	25	0	PA Massapê	15	22	22	0
PA Bom Jardim	59	37	70	33	PA Mucaítá	72	104	231	127
PA Bom Príncipe/Serra Grande	2	47	45	0	PA Mucambo	56	63	64	1

¹ Quando se fala da população dos PAs, é preciso esclarecer o seguinte: a capacidade de famílias (CF) é o total de vagas disponíveis para assentar famílias em determinado assentamento, enquanto o número de famílias nos assentamentos (NFA) corresponde à quantidade de famílias que efetivamente estão ocupando o PA. Não necessariamente essas famílias são beneficiárias do PNRA, quer dizer, elas podem ser classificadas como ocupantes do assentamento. Já o número de famílias da supervisão (NFS) é a amostra deste trabalho, isto é, são as famílias que, na ocasião da supervisão ocupacional do INCRA, participaram das entrevistas fornecendo informações (entre 2019 a 2021). Essa amostra do NFS é composta tanto por famílias oficialmente assentadas como por famílias ocupantes do assentamento, que eventualmente até já desenvolvem atividades agrícolas naquela área e pleiteiam ser assentadas. A vaga ociosa (VO), por sua vez, é a diferença entre CF e NFA, a qual deve ser atualizada após a supervisão ocupacional. Essa atualização decorre de dois movimentos: 1) subtrai-se do NFA aquelas famílias que a supervisão identificou que não estão mais no assentamento; 2) adiciona-se ao NFA, até o limite da CF, aquela fração de famílias que não eram assentadas até então, mas que reúne as características para tornarem-se beneficiárias.



PA Bom Sucesso	29	36	36	0	PA Mucambo/Forno Velho	48	57	61	4
PA Brejinho	88	62	58	0	PA Nova Terra	38	43	63	20
PA Brejo dos Altos	28	30	29	0	PA Novo Brejinho	35	47	35	0
PA Cachoeira	72	86	85	0	PA Olga Benário	34	40	41	1
PA Cachoeirinha	12	12	13	1	PA Olho D'Água Tabuleirão	8	16	16	0
PA Cajueiro	48	78	54	0	PA Olho D'Água e Mata Velha	19	20	20	0
PA Campo Agrícola	7	9	9	0	PA Olho D'Água do Canto	78	92	120	28
PA Cantinho / Lagoa do Boi	76	63	50	0	PA Oriente	34	46	41	0
PA Canto	22	26	26	0	PA Ouro Verde	43	60	60	0
PA Canto da Várzea	44	51	84	33	PA Palmares	100	101	101	0
PA Canto do Veado	2	7	8	1	PA Palmeira-II	69	79	80	1
PA Capitão de Campo	30	30	30	0	PA Palmeiras	21	22	23	1
PA Caratortas	3	84	93	9	PA Passa-Tudo	47	53	50	0
PA Caratorta	40	49	51	2	PA Pedrinhas	36	21	21	0
PA Casa Nova	9	12	15	3	PA Poço	40	61	43	0
PA Catarém	39	50	47	0	PA Poços dos Negros	66	42	35	0
PA Chapada das Flores	72	104	92	0	PA Ponta do Mato	39	48	50	2
PA Chapadão/Baixão Do Meio	9	13	11	0	PA Quilombo III	8	8	8	0
PA Chupeiro Puça	64	35	34	0	PA Recreio	233	192	500	308
PA Cruzeiro	43	52	50	0	PA Regalo	37	54	150	96
PA Currais Novos	26	33	30	0	PA Residência	29	33	30	0
PA Descoberta	38	55	50	0	PA Resistência Camponesa	21	27	28	1
PA Esperança	230	317	276	0	PA Retiro Capão de Coco	46	68	55	0
PA Estreito	31	33	35	2	PA Riacho do Mato	73	180	136	0
PA Fazenda Barro Vermelho	17	24	20	0	PA Saco	349	309	306	0
PA Fazenda Boa Vista	11	11	11	0	PA Salinas e Estiva	25	32	34	2
PA Fazenda Cajueiro/Cajupi	27	137	133	0	PA Salobro	66	86	90	4
PA Fazenda Canaã	24	70	71	1	PA Santa Clara	11	49	50	1
PA Fazenda Coelho	39	53	70	17	PA Santa Rita	66	79	75	0
PA Fazenda Cutias	12	52	52	0	PA Santo Antônio	24	30	23	0
PA Fazenda Flores	56	57	58	1	PA Sto. Antônio do Campo Verde	134	296	320	24
PA Fazenda Lagoa	204	264	256	0	PA São Domingos	40	44	44	0
PA Fazenda Marfim	25	32	32	0	PA São Francisco	53	76	62	0
PA Fazenda Nova	2	15	21	6	PA São Francisco-II	48	50	50	0
PA Fazenda Nova I	11	56	58	2	PA São Gonçalo	18	20	21	1
PA Fazenda Paraíso	59	72	69	0	PA Sapucaia	31	35	30	0
PA Fazenda Pitombeira	147	144	160	16	PA Serra do Batista-I	20	42	40	0
PA Fazenda Serra	64	84	90	6	PA Sete Buritis/Lar Feliz	27	26	27	1

PA Fazenda Tapuio	119	120	125	5	PA Sobradinho	101	109	113	4
PA Fazenda Várzea-I	54	56	56	0	PA Taboca	27	28	29	1
PA Fazenda Várzea-II	35	40	40	0	PA Tamboril	29	37	50	13
PA Flamengo	35	40	40	0	PA Tamboril Esperança	11	17	12	0
PA Fortaleza-III	11	17	13	0	PA Tanque	10	10	10	0
PA Fortes	11	16	12	0	PA Terra Santa	49	75	66	0
PA Frasa	11	20	24	4	PA Timbituba	22	27	25	0
PA Galiléia	18	31	30	0	PA Tinguís	15	19	17	0
PA Gameleira do Mimbo	78	94	101	7	PA Todos os Santos	71	81	80	0
PA Hernesto Che Guevara	20	21	21	0	PA Tucuns Maratoan	36	38	37	0
PA Índio Mandu-Ladino	93	137	150	13	PA União	125	151	150	0
PA Iracema	82	113	100	0	PA Vale do Gurgueia	55	58	60	2
PA Jacarandá	30	39	50	11	PA Vale do Iracema	44	49	52	3
PA Jenipapeiro/Mundo Novo	30	34	33	0	PA Veado dos Matias	6	16	21	5
PA José Constâncio/Limaza	74	82	79	0	PA Veredas	157	208	200	0
PA Juazeiro	66	78	78	0	PA Votorantin	126	265	286	21
PA Lagedo	14	30	45	15	PAQ Quilombola/Mimbó	36	42	62	20
TOTAL	NFA 9.451		NFS 7.356		CF 10.035		VO 965		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os resultados indicam características distintas na ocupação e organização das famílias nos assentamentos rurais do estado do Piauí. O PA Recreio, localizado na cidade de Manoel Emídio, destaca-se pela sua área de 23.565,8102 hectares, a maior do estado, e pelo número elevado de vagas ociosas (308). Foram entrevistadas 233 famílias, o que supera o número de 192 famílias oficialmente reconhecidas pelo INCRA para aquele assentamento. Ainda que existam vagas excedentes, essa diferença sugere uma ocupação superior à capacidade formalmente estabelecida, indicando uma possível sobrecarga na área, que pode ser resultado de processos de expansão não formalizados ou irregularidades na distribuição das terras. Tal disparidade também pode dificultar a implementação de políticas públicas e de suporte técnico adequado para todos os moradores, uma vez que apenas uma parte das famílias é reconhecida oficialmente.

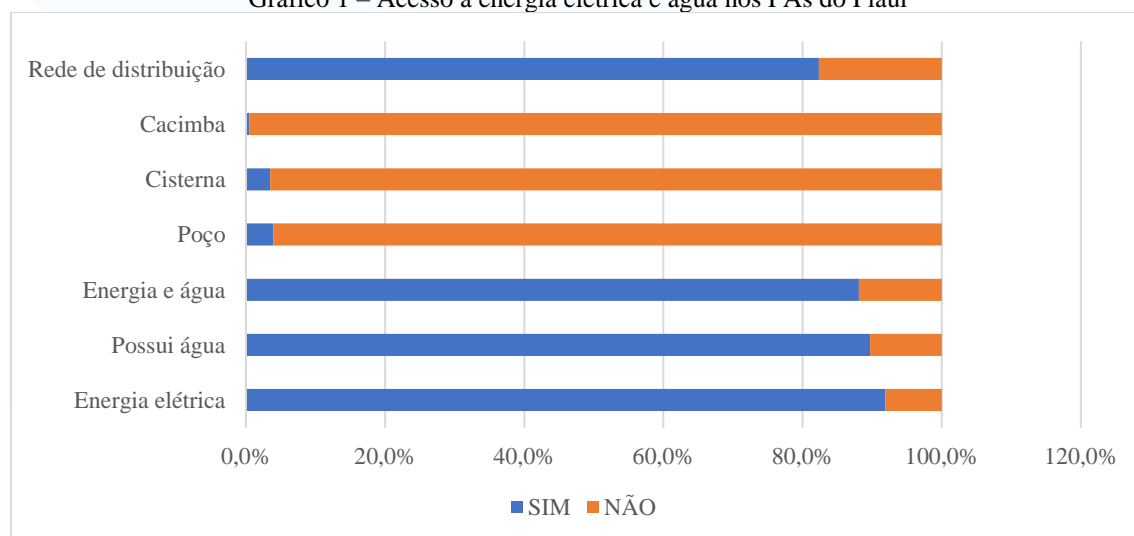
Do mesmo modo, o PA Saco, localizado na cidade de Caracol, com uma capacidade de 306 famílias, apresenta uma situação peculiar, pois conta com 309 famílias

reconhecidas pelo INCRA, superando sua capacidade formal. No entanto, nesse assentamento, o número de famílias entrevistadas foi ainda mais elevado, com 349 famílias. Essa realidade pode indicar uma ocupação muito além do que o assentamento pode comportar, o que gera desafios para a gestão e a sustentabilidade do local. A grande quantidade de famílias não reconhecidas oficialmente pode apontar para um crescimento desorganizado e a necessidade urgente de regularização fundiária, além de possíveis dificuldades no acesso a políticas públicas que atendam adequadamente a todos os assentados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA E TIPOS DE CRIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PIAUÍ

Inicialmente, no Gráfico 1, são apresentados alguns indicadores sociais dos assentamentos rurais em estudo. Em se tratando da distribuição de energia elétrica e água, os dados revelam que, entre as 7.356 vagas que possuem moradias, 91,9% têm acesso à energia elétrica, 89,7% à água e 88,1% têm acesso concomitante à energia e água. Entre os outros mecanismos de abastecimento e armazenamento de água, verificam-se: poço (acessado por 3,9% dos assentados), cacimba (0,5%) e cisterna (3,5%).

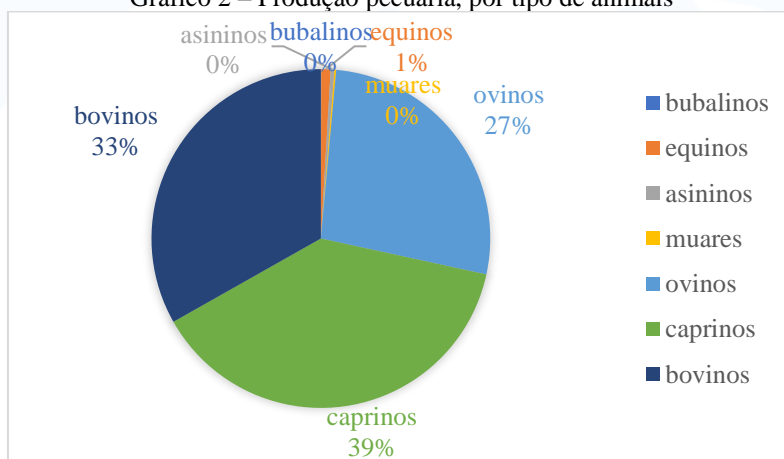
Gráfico 1 – Acesso à energia elétrica e água nos PAs do Piauí



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As informações sobre a produção pecuária indicam um rebanho de 62.968 cabeças nos 142 PAs do Piauí, sendo 38% de caprinos (Gráfico 2). O segundo maior rebanho pertence ao grupo de bovinos, com 33%, seguido por ovinos, com 27% do total da produção pecuária. Nos resultados apresentados, as criações de bubalinos (25), asininos (230), muares (100) e equinos (557) não mostraram, em termos quantitativos, significância na região dos assentamentos.

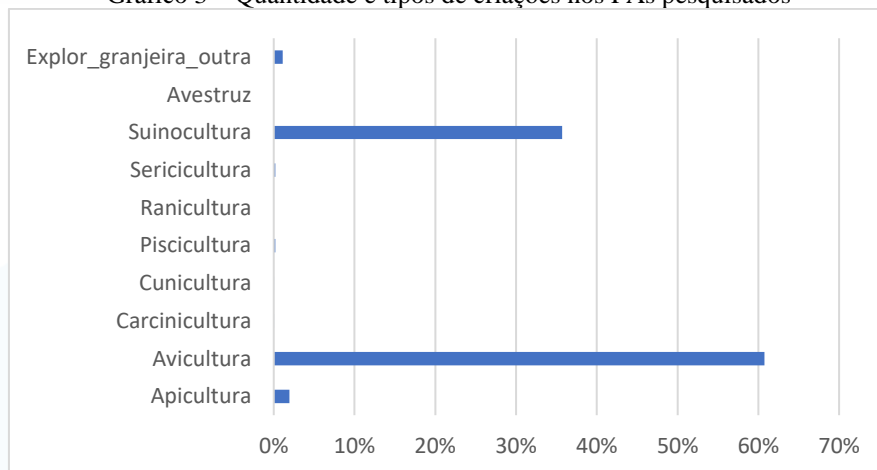
Gráfico 2 – Produção pecuária, por tipo de animais



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Quanto à exploração granjeira dos 142 PAs do Piauí, a avicultura se destacou como a principal atividade, sendo praticada por 4.938 famílias, o que corresponde a 61% do total de atividades de criação animal nos PAs vistoriados. Em seguida, a suinocultura foi a segunda atividade mais recorrente, com 2.904 famílias envolvidas, representando 36% das criações. A apicultura, por sua vez, foi mencionada por 158 famílias, o equivalente a 2% da criação animal total nos assentamentos analisados, conforme ilustra o Gráfico 3.

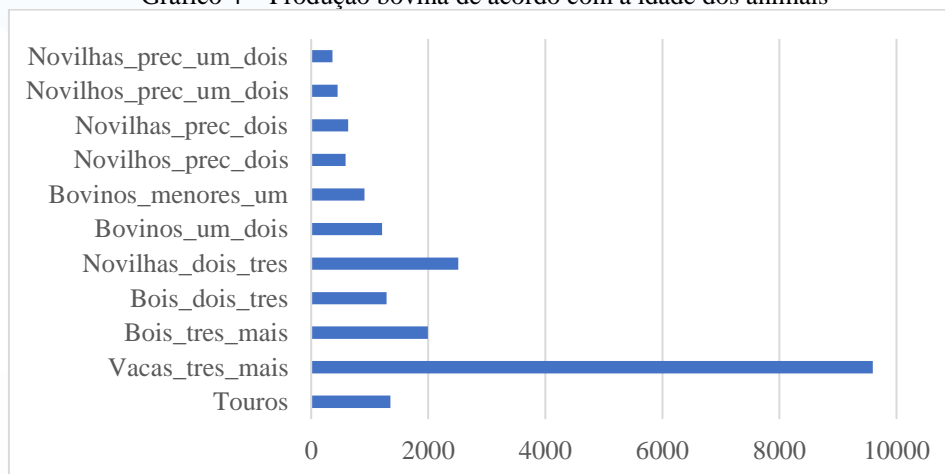
Gráfico 3 – Quantidade e tipos de criações nos PAs pesquisados



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Por fim, no Gráfico 4, apresenta-se a caracterização da produção bovina de acordo com a idade dos animais. O número total é de 20.895 cabeças, distribuídas em 11 categorias. Observa-se que predominam as vacas com mais de três anos (vacas_tres_mais), com 9.597 cabeças (46,0%); novilhas entre dois e três anos (novilhas_dois_tres), com (12,0%); e bois com mais de três anos (bois_três_mais), com 10,0% de frequência. Entre as famílias que não criam nenhum tipo de gado, o número total é de 5.414 (73,3%), e em nenhuma propriedade foram encontradas todas as classificações desses animais.

Gráfico 4 – Produção bovina de acordo com a idade dos animais



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

É possível perceber uma predominância na criação de vacas com mais de três anos, representando 46,0% (9.597 cabeças) do rebanho total. Esse perfil sugere que a atividade pecuária nesses assentamentos está voltada para a produção de leite e a reprodução, com menos foco em bovinos jovens ou em bois para o abate, que apresentam percentuais menores (novilhas com 10% e bovinos com 10%). A alta concentração de vacas adultas pode indicar uma estratégia de produção mais voltada à manutenção de rebanhos e à produção contínua de leite, ao invés de uma exploração mais diversificada da pecuária.

Ao mesmo tempo, chama a atenção o fato de que 73,3% das famílias não criam nenhum tipo de gado, o que revela uma baixa adesão à atividade pecuária no contexto geral dos assentamentos. Isso pode estar relacionado a fatores como a falta de recursos para investir na produção bovina, a insuficiência de pastagens adequadas ou a priorização de outras atividades agropecuárias, como a agricultura de subsistência.

5 CONCLUSÃO

A questão agrária no estado do Piauí está profundamente entrelaçada com a história de colonização e exploração das terras, sendo um reflexo das desigualdades sociais e econômicas que marcam a realidade rural do Brasil. No contexto piauiense, as disputas por terra, a concentração fundiária e as dificuldades de acesso a recursos produtivos são problemas históricos que perduram até os dias atuais, apesar dos esforços do Poder Público e da sociedade civil para promover a reforma agrária e a inclusão social no campo.

Esta pesquisa sobre os assentamentos rurais do estado revelou importantes aspectos sobre a distribuição, supervisão ocupacional e características socioprodutivas dessas áreas. Observou-se que a maior concentração de assentamentos ocorre nas mesorregiões Norte e Centro-Norte, regiões mais próximas aos grandes centros urbanos do estado.

A supervisão ocupacional do INCRA é essencial para a regularização e titulação dos assentados, porém, foi evidenciada uma assimetria entre o número de famílias

entrevistadas e a capacidade familiar em algumas áreas, como no PA Saco, onde o número de famílias entrevistadas ultrapassou o número de famílias reconhecidas pelo INCRA e, conseqüentemente, a sua capacidade familiar, ocorrendo assim, uma possível ocupação irregular.

Esse cenário de ocupação excedente pode gerar desafios para a gestão do assentamento, como a sobrecarga de recursos, a precarização das condições de vida e a dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região. No tocante aos aspectos socioprodutivos, os assentamentos tiveram destaque na criação de vacas adultas e avicultura, embora a maioria das famílias não se dedique à pecuária.

Assim, a pesquisa reforça a necessidade de um planejamento mais eficiente, que considere tanto a infraestrutura como as capacidades socioprodutivas dos assentamentos, para com isso, garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos assentados.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade /Territorialization of rural settlements: from the conquest of land to the construction of an identity. **Revista Nera**, [S. l.], n. 48, p. 98–113, 2019. DOI: 10.47946/rnera.v0i48.6367. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6367>. Acesso em: 05 dez. 2024.

ANDRADE, P. S.; VIANA, M. R. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. **Revista Nera**, [S.l.], n. 30, p. 80-97, 2016. DOI: 10.47946/rnera.v0i30.3371. Disponível em:

https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagcd%3A13%3A29591149/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Aagcd%3A118465351&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br. Acesso em: 05 dez. 2024.

ANTONIAZZI, E. A.; OLIVEIRA, S. K. A importância do Pronaf na Agricultura Familiar: Um estudo de caso no assentamento Rio Bonito do Iguaçu-PR. **Revista Thêma et Scientia**, v. 14, n. 1, p. 253-277, 2024. Disponível em:

<https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1269>. Acesso em: 07 dez. 2024.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. v.11 n.31, p.37-49, 1997. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/s0103-40141997000300003>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CARVALHO, T. de S. N. *et al.* **Caracterização socioeconômica e atlas dos projetos de assentamentos federais do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2024. 58 p. ISBN 978-65-87226-57-6. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/portal/Post/show/outras-publicacoes>. Acesso em: 06 jan. 2025.

COELHO, F.; DE FREITAS, A. A. R. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul. **Tempos Históricos**, v. 25, n. 2, p. 73-98, 2021. ISSN 1517-4689. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8889638>. Acesso em: 10 jan. 2025

DE CARVALHO, D. A. F.; GOMES, J. M. A. Trajetórias de Luta: histórico, burocracia e conquista da terra em assentamentos rurais de Campo Maior, Piauí, Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 28, p. e84725, 2024. DOI: 10.5902/2236499484725.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/84725>. Acesso em: 05 dez. 2024.

ESPORTE, S. H. de C.; ESPORTE, S. H. de C. **Caracterização socioambiental do Assentamento Rural Horto Vergel (Mogi Mirim-SP)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2022. Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/8629755>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GOSCH, M. S. A criação de assentamentos rurais e seus efeitos nas áreas de pastagem no cerrado goiano. In: GOSCH, Marcelo Scolari. **A criação de assentamentos rurais e seus efeitos nas áreas de pastagem no cerrado goiano**. Orientador: Laerte Guimarães Ferreira Júnior. 2021. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2021. f. 139. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/104/o/05.08.21_-_Tese_Marcelo_Scolari_Gosch.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Piauí**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html>. Acesso em: 22 jan. 2025

INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ (INTERPI). Piauí: **ETIPI**, 2020. Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/interpi/assentamentos/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA [INCRA]. Assentamentos. **Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 03 jul. 2024.

INTERPI, Instituto de Regularização Fundiária e Patrimônio Imobiliário do Piauí. **Assentamentos: O que é um assentamento?**. Teresina: ETIPI, 2024. Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/interpi/assentamentos/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

INTERPI, Instituto de Regularização Fundiária e Patrimônio Imobiliário do Piauí. **Assentamentos estaduais de reforma agrária**. Teresina: instituto de terras do Piauí, 2017. Disponível em: <http://siteantigo.interpi.pi.gov.br/noticia.php?id=391>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LIMA, J. de S.; SOUSA, J. de. **Estudo de caso sobre o assentamento Renascer do Campo em Altos-Piauí**. Orientador: Profa. Dr.^a Thamires Cristina da Silva. 2023. Dissertação (Curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas) - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Fundação Perseu Abramo, Altos - Piauí, 2023. f. 107. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/19323>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LIMA, M. G.; MORAES, A. M.; NUNES, L. A. P. L.; de ANDRADE JÚNIOR, A. S. **Climas do Piauí: Interações com o ambiente**. Teresina - Piauí: Edufip, 2020. 27 p. ISBN 978-65-86171-80-8. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1125736>. Acesso em: 15 jan. 2025

LOURENÇO, C. de M. E.; HOFFMANN, J. E. dos S.; GÓES, L. A. R.; ENGELBRECHT, M. R. A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 0545–0554, 2018. DOI: 10.18540/revesv1iiss4pp0545-0554. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3190>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LOUZADA, R. V. **Modalidades de projeto de assentamento rural**: evolução e legislação federal. Orientador: Prof. Dr. José de Arimatéia Silva. 2011. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Engenharia Florestal) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2011. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5444>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relação de assentamentos criados e reconhecidos**. Brasília: INCRA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf/view>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MOLINARO, C. A. Dignidade, Direitos Humanos e fundamentais: uma nova tecnologia disruptiva. **Revista de bioética y derecho**, Barcelona, n. 39, p. 103-119, 2017. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1886-58872017000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 14 jan. 2025.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. 35 coisas que você precisa saber sobre o MST. **Portal do MST**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/01/18/35-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Portal das Nações Unidas Brasil**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracaouniversal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 jul. 2024.

PÔRTO, M. L. A. *et al.* Diagnóstico da produção agrícola no Assentamento Nova Jerusalém, Maragogi-AL. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. e5182, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n6-247. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5182>. Acesso em: 16 dez. 2025.

PUGER, A. A. *et al.* Uso de Geotecnologias como ferramentas para o Mapeamento Ambiental em Assentamentos Rurais: O caso do Assentamento Agroana Girau, Município de Poconé, Mato Grosso. **VIII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Poconé, Mato Grosso, 2017. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2017/XI-021.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

SILVA, A. C. S. da; FONSECA, A. I. A. Assentamento rural e agricultura familiar: um desenvolvimento pautado nas políticas públicas. **Geografia**, v. 43, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/geografia.v43i1.13737>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SOUZA, G. M.; MOREIRA, F. G. Políticas públicas de desenvolvimento aos assentamentos rurais no Brasil. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4204>. Acesso em: 05 jan. 2025.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. **Geografia (Londrina)**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 483–494, 2010. DOI: 10.5433/2447-1747.2003v12n1p483. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6708>. Acesso em: 05 jan. 2025.